

**A INTEGRAÇÃO INDIVIDUALIZADA.
DEFASAMENTO ENTRE REPRESENTAÇÕES
E EXPECTATIVAS DE INTEGRAÇÃO
NO MERCADO DO TRABALHO SOCIAL**

Carla Pinto

*Docente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/UTL;
Doutoranda em Sociologia (ISCSP/UTL);
Mestre em Sociologia; Licenciada em Política Social (ISCSP/UTL)*

Email: cpinto@iscsp.utl.pt

Dália Costa

*Docente no ISCSP-UTL;
Doutoranda em Sociologia da Família na Universidade Aberta;
Mestre em Sociologia pelo ISCSP-UTL; Pós-graduação em Ciências Criminais
pelo Instituto Superior de Ciências da Saúde (Lisboa);
Licenciatura em Política Social*

Email: daliac@iscsp.utl.pt

Resumo: Pretendemos com esta comunicação analisar as implicações do desfasamento entre o contexto sócio-laboral do Serviço Social contemporâneo e as representações e expectativas de inserção profissional de alunos de Serviço Social. Temos por base um estudo sobre representações do mercado de trabalho e expectativas de inserção profissional dos alunos de licenciatura em Serviço Social do ISCSP/UTL. Foi realizado um inquérito por questionário auto-administrado, por um processo de amostragem intencional (N=104 alunos de licenciatura do ano lectivo 2007/2008 com uma idade média de 22 anos [18;53], e distribuição por sexo de 8 alunos do sexo masculino e 96 do sexo feminino).

O actual contexto sócio-laboral do Serviço Social reflecte necessariamente as complexas características das sociedades de capitalismo avançado, em transição acelerada de paradigma civilizacional. Salientam-se os processos de atomização dos sujeitos, a “certeza da incerteza”, o risco como pano de fundo da vida quotidiana. Face a este contexto, os dados empíricos revelam que os alunos têm uma representação consistente do mercado de trabalho do Serviço Social, caracterizando-o como inseguro e de acesso difícil. Contudo, as suas expectativas de inserção profissional não são negativas, tanto no acesso pessoal ao mercado de trabalho, como na perspectiva de carreira e de autonomia profissional, indicando um desfasamento. Os dados empíricos suscitam a hipótese de um processo de adaptação individualista às condições de risco do mercado de trabalho com eventuais efeitos sobre as práticas profissionais.

Palavras-chave: Representações sociais; expectativas; risco; inserção no mercado de trabalho

1. Introdução

Vivemos numa época em turbilhão. Na história humana já ocorreram muitos outros períodos de transformação profunda, mas nunca como agora o seu ritmo de mudança foi tão grande e tão rápido. Como se a história tivesse passado a seguir mais o ritmo das máquinas do que o ritmo humano. Sentimos quotidianamente as dores de parto de uma profunda mudança civilizacional: sabemos que já não estamos na modernidade industrial, mas o que vem a seguir ainda não acabou de se definir. Isso não invalida o facto de já podermos inteligir, bem

como viver, algumas características desse novo mundo novo. A sociedade contemporânea é conturbada, ambivalente, incerta, fragmentada, plural, desorientada (Giddens, 1997, 1998, Parton, 1996). Neste contexto de incerteza, o sujeito aparece-nos cada vez mais isolado e desprotegido face aos riscos que enfrenta. É este sujeito tendencialmente individualizado e atomizado, que deve ser o responsável pelas suas escolhas e responsabilizado pela sua vida. Isto implica que cada sujeito se deve encontrar permanentemente em reflexão, em análise de informação e de conhecimento, para poder escolher face às incertezas. A realidade é assim (re)produzida quotidianamente pela reflexividade dos sujeitos.

Prestes a enfrentar um período de mudança pessoal num contexto de grande incerteza, os alunos de licenciatura são levados a reflectir sobre o seu percurso formativo e perspectivas de inserção profissional, conjugando diferentes fontes de informação e diferentes lógicas de acção a fim de elaborarem um projecto pessoal de definição profissional credível e securizante. Foi este processo dinâmico que nos propusemos explorar na nossa reflexão.

2. A sociedade de risco: a certeza da incerteza

O sociólogo alemão Ulrich Beck (1998) definiu o mundo contemporâneo ocidental como uma “sociedade de risco”, que corresponde ao início de uma nova modernidade, a modernidade reflexiva. Se a modernidade simples, da época industrial, modernizou o mundo antigo, isto é, as sociedades tradicionais, a modernidade reflexiva é a modernização da sociedade industrial. Anthony Giddens prefere utilizar a expressão “modernidade tardia” para se referir ao actual período civilizacional, no qual assistimos ao radicalizar das implicações da modernidade. Giddens (1997:3) entende a modernidade como uma cultura do risco, porque o conceito de risco se tornou fundamental para o modo como os indivíduos organizam o mundo social, à semelhança da tese de Beck.

Na sociedade de risco, ao contrário do que se passava na primeira modernidade, os riscos da sociedade industrial passam a ser centrais na esfera pública e privada, de tal modo que a lógica de produção dos riscos suplanta a lógica da produção de riqueza (Beck 1998). Na sua análise das implicações da tecnologia moderna, Beck defende que a susceptibilidade dos indivíduos ao risco se tornou a mais importante divisão social, mais do que a classe social e a capacidade de produção de riqueza. Não se trata da superação da divisão de classes, mas da sua secundarização enquanto lógica estruturante. As desigualdades sociais passam a ser analisadas sobretudo em termos de diferentes vulnerabilidades aos riscos e diferentes potencialidades de gestão dos mesmos.

Esta importância do risco revela-se particularmente no facto de que as maiores preocupações dos indivíduos estarem agora centradas na necessidade

de diminuir a ansiedade e o medo em resultado dos riscos percebidos. Beck argumenta que à “comunalidade da necessidade” se sobrepõe a “comunalidade da ansiedade” provocada pela insegurança da sociedade de risco.

Podemos ver claramente esta tendência na esfera económica. A nova modernidade trouxe também um novo modo de capitalismo, denominado de várias formas, consoante diferentes autores. Richard Sennett fala de um “capitalismo flexível” (2001), elegendo a flexibilidade como o aspecto chave, enquanto que Bennett Harrison (citado em Sennett, 2001) lhe chama “capitalismo impaciente”, em virtude da preferência demonstrada por este modo capitalista por rápidos retornos de capital. Embora possamos encontrar diferentes denominações, encontramos igualmente alguns consensos no que diz respeito a muitas das características desta nova fase do capitalismo. Aquela que se apresenta como essencial é a da flexibilidade. Uns preferem concentrar-se nas suas vantagens, outros elegem as suas desvantagens, cada autor posicionando-se numa espécie de eixo de demonização /santificação da flexibilidade. Independentemente de entendermos a flexibilidade como a nova panaceia ou como uma arma de destruição civilizacional, falar de flexibilidade implica falarmos também de risco e de incerteza. Mais flexibilidade implica maior assumpção de riscos e maior ansiedade na gestão das decisões. Como a noção de risco tem maiores conotações negativas, a de flexibilidade pode ser usada de forma a escamotear a carga emocional dos efeitos do *modos operandi* capitalista (Sennett, 2001).

A flexibilidade encerra uma ambiguidade interna da maior importância: ela implica maior liberdade de acção que depois se revela como menor liberdade de acção. Num contexto flexível, é presumível que os indivíduos possuam maior liberdade de decisão e maior potencialidade de autonomia. Contudo, este cenário parece presumir igualmente uma igualdade de poder entre os sujeitos, nomeadamente de negociação ou de acesso a recursos importantes, e como tal não se verifica, nem todos têm de facto a mesma liberdade de acção face à incerteza. O próprio sistema desenvolve outros meios de controlo (com particular destaque para as tecnologias de comunicação). Nas novas formas de controlo avançadas pelos esquemas da flexibilidade, Sennett encontra um sistema de poder que se baseia em três elementos (Sennett, 2001):

- a reinvenção descontínua das instituições,
- a especialização flexível da produção,
- e a concentração de poder sem centralização

Este sistema de poder fragiliza os indivíduos, num contexto de potencialização da instabilidade, quer seja através de profundas mudanças organizacionais (reengenharia, *downsizing*..., ao sabor da moda de gestão do momento), da necessidade da criação contínua de novidades nos produtos postos no mercado ou através de uma linha de comando que, por ser sobretudo em rede mais do que em pirâmide, pode dar a ilusão de descentralização do poder de decisão.

O novo capitalismo, como qualquer outra das suas modalidades, implica novos modos de relação, novos contextos profissionais e de trabalho. O capitalismo industrial assentava numa lógica de progressão linear, de continuidade e estabilidade, criando e alimentando expectativas de mobilidade social ascendente e narrativas de longo prazo. Pelo contrário, o novo capitalismo assenta na transitoriedade das relações sociais (Toffler, 1980), na incerteza e ambiguidade, no lema “nada de longo prazo” (Sennett, 2001:34), na desconstrução da progressão linear, seja em termos de carreiras, de local de trabalho, de funções, de ciclo de vida, etc. O novo capitalismo organiza-se preferencialmente à volta de “projectos”, de programas, processos por definição temporários e envolvendo um esquema de organização ad-hoc (Sennett, 2001, Toffler, 1980).

A tese de Richard Sennett é a de que o lema “nada de longo prazo” corrói processos e valores essenciais: a confiança, a lealdade e a entrega mútua (Sennett, 2001:37). Não é muito difícil chegar a esta conclusão, quando sabemos que os laços sociais, e particularmente os laços sociais fortes, levam bastante tempo a formarem-se. Ora, a flexibilidade corresponde a um tempo fragmentado: de fins e (re)começos contínuos, quando, por oposição, precisamos de tempo e de certa estabilidade para elaborarmos identidades consistentes, projectos de futuro, laços de solidariedade e de intimidade com os outros. No capitalismo flexível, não há narrativa partilhada, nem destino partilhado e portanto o carácter corrói-se: não é possível uma narrativa pessoal e colectiva coerente e estável (Sennett, 2001).

O novo capitalismo transporta uma lógica de movimento rápido ininterrupto, a necessidade de inovar sempre, de agir sempre, em consonância com o ditado: “parar é morrer”. A passividade dos sujeitos e das instituições é sinónimo de fracasso, de obsolescência. Daí o medo do “não agir”, de ficar para trás, quando ninguém espera por quem fica para trás. Portanto, há que mostrar acção, empenho, decisão. E, deste modo, é necessário que os sujeitos estejam sempre em processo de avaliação, reflexão, actualização.

2.1. Reflexividade

No pensamento de Giddens (1997, 1998) a modernidade caracteriza-se por um extremo dinamismo em resultado de três aspectos principais: em primeiro lugar a separação do tempo e do espaço, o seu esvaziamento, que permite o desenvolvimento das relações sociais em vastas extensões de espaço e tempo, e a possibilidade de falarmos em sistemas globais. Um segundo aspecto refere-se à descontextualização das instituições sociais, possível através dos sistemas abstractos, dos mecanismos das “garantias simbólicas” e dos “sistemas periciais”. Entende-se por garantias simbólicas os meios de troca que possuem valores-padrão aceites em diferentes contextos espaciais e temporais, de que é exemplo

maior o dinheiro. Os sistemas periciais referem-se a modos de conhecimento técnico, ou pericialidade profissional, cuja validade é independente dos sujeitos que usam esse conhecimento. Estes sistemas periciais não se limitam à área tecnológica-científica, mas invadem todos os aspectos da nossa vida, mesmo as relações interpessoais mais íntimas. Todos os sistemas periciais dependem da confiança dos sujeitos, definida como “a segurança na credibilidade de uma pessoa ou na fiabilidade de um sistema” (Giddens 1998:24). Todos os sistemas abstractos criam espaços de segurança para os indivíduos, da mesma forma que criam igualmente extensas áreas de insegurança, onde nada pode ser dado como adquirido (Giddens 1997).

Um terceiro aspecto do dinamismo da modernidade é a reflexividade omnipresente, ou seja, a possibilidade de constantes reajustamentos e alterações, mesmo radicais, nas relações sociais e interpessoais à luz de novos conhecimentos ou informações. A esta luz, vemos que o risco no contexto da modernidade tardia é muitas das vezes esquivo a um cálculo claro, pois o quadro de conhecimentos válido está sempre sujeito a mudança.

Segundo Giddens (1997:4) “a auto-identidade, o self, torna-se num empreendimento organizado reflexivamente”, que se traduz na manutenção de narrativas biográficas que apresentam coerência, embora sejam revistas continuamente. Para tal é necessário que o indivíduo faça constantes escolhas, em negociação com o conhecimento pericial sobre os riscos que corre em cada escolha. Contudo, nesta sociedade de risco, os indivíduos perdem gradualmente muita da confiança depositada nos peritos científicos, não conseguindo fazer sentido das informações muitas das vezes claramente contraditórias das opiniões técnicas sobre o que é ou não “arriscado”. Este clima de falta de confiança produz extrema ansiedade nos indivíduos, que tem de ser resolvida socialmente.

Toda a sociedade trata de produzir um contexto de “segurança ontológica” (Giddens 1997, 1998) aos seus membros, uma confiança no sentido da realidade das pessoas e das coisas que acontecem à sua volta. Esta produção de segurança é enfatizada pela necessidade de controlo exigida pelo discurso da modernidade. A sociedade de risco acontece num sistema de “controlo humano aberto” do mundo social e do mundo natural (Giddens 1997). O conceito de risco, que é por definição relativo a acontecimentos futuros, torna-se assim num processo de dominação do destino, do futuro incerto, das incertezas. Giddens avança com uma expressão particularmente bem conseguida: do que se trata é de “colonizar o futuro”, através do cálculo dos riscos por meio de um pensamento simulador. Mas este processo está sempre em constante reformulação, numa permanente monitorização reflexiva do risco.

Nas palavras de Beck (2000:2), a modernização reflexiva consiste na “possibilidade de uma (auto)destruição criativa” da sociedade industrial, é uma modernidade de “autoconfrontação”. O ambiente de contínua reflexividade da

modernidade tardia torna difícil a precisa delimitação dos riscos: eles estão em constante fluxo de reformulações – o que é bom hoje pode ser mau amanhã e vice-versa. Ulrich Beck, ao contrário do que poderíamos supor de uma leitura superficial dos seus argumentos, não advoga uma posição pessimista em relação à nova modernidade: é na reflexividade da modernidade, isto é, na radicalização da modernização, que as sociedades humanas poderão sobreviver aos riscos criados. Beck (2000) considera que a mais importante questão a que temos de responder na sociedade de risco é precisamente saber “como queremos viver”. Somente através de uma radicalização reflexiva do processo democrático, de que os novos movimentos sociais de base ecologista são disso exemplo, poderemos chegar às melhores respostas, que nos afastem da destruição anunciada pelos riscos modernos. A resposta estará numa modernidade reflexiva preocupada com as suas consequências e com os seus riscos (Beck 2000).

2.2. Sujeito individualizado

Como defende Lash (2000), a modernidade reflexiva veicula um programa de individualização, um Eu cada vez mais liberto dos laços comunitários e institucionais. Mas ao mesmo tempo um Eu que pode ser cada vez mais dependente de outros sistemas. Este processo de individualização leva-nos a enfrentar um grande paradoxo: o do indivíduo ter menos liberdade, tendo mais liberdade, isto é, maior liberdade em relação à tradição, e às tradicionais estruturas de dominação, mas maior dependência do estado, dos sistemas de protecção social formais, ou mesmo da pura necessidade.

Com a modernidade, o indivíduo é obrigado a ser livre: é esperado que cada indivíduo seja um cidadão activo, participante totalmente responsável pelas suas escolhas. Ao ser responsável, o sujeito é responsabilizável (Culpitt, 1999; O'Malley, 2004, 2008). Em consonância, o novo capitalismo atomiza igualmente os indivíduos, potencializando o processo de individualização, pelo qual a identidade do Eu se sobrepõe à identidade do Nós, o que Elias denomina de Sociedade dos indivíduos (Elias, 2004). Para Norbert Elias, o processo de civilização é um processo de individualização, em que cada vez mais as funções de protecção e de controlo deixam de ser desempenhadas por colectivos hereditários (clãs, família, comunidade), ou outros como a corporação ou classe social, e passam a sê-lo por colectivos estatais mais centralizados e progressivamente urbanizados. Neste processo de civilização / individualização passamos de colectivos mais restritos e pequenos, para colectivos cada vez maiores, nos quais as possibilidades de intervenção do indivíduo podem ser claramente restringidas, devido a um maior distanciamento relativamente aos centros de poder, e, deste modo, diminuição real da capacidade dos indivíduos influenciarem as decisões do colectivo maior. Cada sujeito ganha uma maior margem de escolhas

e alternativas, podendo decidir mais por si mesmo. De facto, pode e tem de decidir cada vez mais por si mesmo. A regulação dos indivíduos é cada vez mais individual, mais interna, auto-regulação. A ênfase na responsabilidade individual e na auto-regulação leva à promoção do *empowerment* individual como capacitação para agir, indispensável para os sujeitos serem os tão desejados cidadãos activos e auto-governados (O'Malley, 2004, Pinto, 1998).

Nos colectivos mais restritos e fechados, predomina a perspectiva do Nós. Nas sociedades mais industrializadas passa a predominar a perspectiva do Eu. Como afirma Elias, "o facto de se atribuir um valor mais elevado àquilo que distingue as pessoas umas das outras, ou seja à sua identidade do Eu, do que àquilo que elas têm em comum, ou seja à sua identidade do Nós, é uma característica da estrutura das sociedades mais evoluídas dos nossos tempos" (Elias, 2004:178).

Nas sociedades mais desenvolvidas, isto é, mais complexificadas, mais diferenciadas, com maior especialização de funções, temos lugar a mais alternativas, mais decisões de escolha e, portanto, mais riscos.

No momento presente, de integração planetária e globalização, em que a humanidade é cada vez mais o nível de sobrevivência mais importante, estamos ainda a criar e testar meios de participação mais concreta na vida global (Elias, 2004). Não se trata de escolher a identidade Nós ou a identidade Eu: elas não existem em exclusão, precisam uma da outra. Trata-se antes de definir o equilíbrio de uma e outra, o equilíbrio Eu / Nós.

3. Procedimentos metodológicos

Os objectivos deste estudo¹ são analisar as representações e as expectativas de inserção profissional dos alunos de Serviço Social do ISCSP/UTL do ano lectivo 2007/2008, aferindo as possíveis discontinuidades entre as representações do mercado de trabalho destes alunos em período de formação e as expectativas individuais de virem a integrar o mercado de trabalho a curto/ médio-prazo. A recolha de dados consistiu na realização de um inquérito por questionário auto-administrado a uma amostra intencional de 104 alunos. A amostra é composta por 8 alunos do sexo masculino e 96 alunas do sexo feminino. A idade média situa-se nos 22 anos com um intervalo entre os 18 e os 53 anos. Para o tratamento de dados recorremos ao SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*, versão 15).

¹ Os resultados apresentados fazem parte de um estudo realizado no ISCSP por uma equipa de investigação integrada por oito elementos (Carla Pinto; Dália Costa; Margarida Mesquita; Maria João Militão; Maria José Silveira; Rosária Ramos; Stella António; Maria Vitória Mourão). O objectivo geral consiste em estabelecer um ponto de partida para a monitorização da inserção profissional dos Licenciados em Serviço Social pelo ISCSP.

4. Integração individualizada: o desfasamento entre representações e expectativas de integração pessoal

No contexto de risco e de reflexividade com responsabilização do indivíduo pela sua sorte, procurámos perceber como é que os alunos de licenciatura de serviço social constroem o mercado de trabalho no qual irão entrar em breve, e como perspectivam as suas possibilidades de integração laboral. Como representam os futuros profissionais o campo do trabalho social? Interiorizaram já a representação de incerteza e instabilidade? Face a este contexto difícil, como constroem a sua confiança? Como se posicionam em termos de projecto reflexivo do Eu?

Representação do contexto: o risco e a precariedade do mercado de trabalho

O mercado de trabalho é predominantemente considerado como precário. Principalmente se considerarmos a proporção de sujeitos que o considera como precário (56,7%; f=59) e de sujeitos que o considera como sendo muito precário (10,6%; f=11), representando 67,3% da amostra (f=70). Os alunos que representam o mercado de trabalho como estável são 13,5% (f=14) da amostra e apenas 1,9% (f=2) o representa como um mercado de trabalho muito estável. Nesta resposta existem 18 sujeitos (17,3%) que respondem não saber o grau de precariedade do mercado de trabalho.

Tabela 1 – Precariedade do mercado de trabalho

	Frequência	Percentagem
É muito precário	11	10,6
É precário	59	56,7
É estável	14	13,5
É muito estável	2	1,9
Não sabe	18	17,3
Total	104	100%

Tabela 2 – Acesso ao mercado de trabalho

	Frequência	Percentagem
É fácil	14	13,5
É difícil	56	53,8
É muito difícil	13	12,5
Não sabe	21	20,2
Total	104	100%

O acesso ao mercado de trabalho para o exercício do Serviço Social é representado como sendo difícil por mais de metade dos sujeitos (53,8%; f=56). Correspondem a 13,5% (f=14) da amostra os sujeitos que consideram que o

acesso ao mercado de trabalho vai ser fácil. Uma proporção ligeiramente inferior (12,5%; f=13) considera que este acesso será muito difícil. A avaliação deste elemento constitui uma projecção para o futuro, o que poderá contribuir para o facto de 20,2% (f=21) de respostas em que os sujeitos referem não saber como vai ser o acesso ao mercado de trabalho quando terminarem a sua formação.

Tabela 3 – Perspectivas de carreira

	Frequência	Percentagem
Boas / Muito Boas	29	27,9
Razoáveis	54	51,9
Más	12	11,5
Não sabe	9	8,7
Total	104	100%

A representação das perspectivas de carreira no trabalho social concentra-se na posição intermédia da escala, com a maior parte dos alunos a referir perspectivas de carreira razoáveis (51,9%; f=54). Em 27,9% (f=29) dos casos manifesta-se uma perspectiva claramente positiva projectando muito boas e boas perspectivas de carreira. Comparando este indicador com as expectativas pessoais de progressão na carreira fica mais evidente uma tendência para os alunos considerarem as possibilidades individuais de uma forma mais favorável do que a representação que expressaram em relação ao que o mercado de trabalho possibilita em termos gerais.

Tabela 4 – Expectativa de progressão na carreira

	Frequência	Percentagem
Muito boas	6	5,8
Boas	45	43,3
Razoáveis	39	37,5
Más	6	5,8
Muito Más	0	0,0
Não sabe	8	7,7
Total	104	100%

Numa escala de cinco pontos, variando entre muito boas e muito más, a maior proporção de respostas está no grau 'boas' (43,3%; f=45) seguindo-se o grau 'razoáveis' (37,5%; f=39) e *exequo* os graus situados nos extremos da escala, 'muito boas' e 'más', cada uma com uma proporção de respostas de 5,8% (f=6). Esta distribuição de opiniões em relação à progressão parece estar em consonância com as expectativas de autonomia profissional.

O trabalho social como vocação

O investimento pessoal mantém-se independentemente de o mercado de trabalho ser representado como precário e de difícil acesso. Isto pode estar ligado à motivação para o desempenho desta profissão.

A motivação mais representada na escolha da licenciatura em serviço social é de ordem pessoal e afectiva sugerindo a vocação. 'Gostar de ajudar os outros' é a categoria de respostas mais escolhida (51,5%; f=53) seguida de uma categoria que pode remeter-se aos mesmos factores embora seja formulada em termos de profissão ('querer ser assistente social', que representa 25,2%; f=26 das respostas).

Tabela 5 – Motivação para a escolha da licenciatura

	Frequência	Percentagem
Quer ser assistente social	26	25,2
Gostar de ajudar os outros	53	51,5
Ser uma licenciatura com boa empregabilidade	3	2,9
Por sugestão de outros	7	6,8
Para progredir na carreira	3	2,9
Nenhuma razão em especial	3	2,9
Outras	8	7,8
Total	103	100%

A motivação para a escolha da licenciatura parece coerente com a ideia dominante de representação do trabalho social enquanto resposta assistencial. A representação do trabalho social como 'acção de análise da realidade com vista à mudança social' remete para uma postura mais técnica. Comparativamente, esta representação parece-nos mais evidenciada na motivação 'querer ser assistente social'.

A interpretação destes dados não deve ser dissociada do facto de os sujeitos da amostra estarem ainda em processo de formação. O trabalho social é associado a uma ideia de 'resposta assistencial junto de pessoas' em 52,9% (f=55) das respostas representando um pouco mais da metade da ideia predominantemente associada à profissão.

Tabela 6 – Representações do Trabalho Social

	Frequência	Percentagem
Resposta imediata a problemas individuais ou necessidades sociais	6	5,8
Resposta assistencial junto de pessoas	55	52,9
Acção de análise da realidade com vista à mudança social	41	39,4
Intermediário entre a instituição de poder e a sociedade	2	1,9
Total	104	100%

Da análise do posicionamento dos inquiridos face a um conjunto de afirmações, podemos indiciar o entendimento de uma postura maioritária de vocação pelo trabalho social. Uma vocação-missão que o sujeito assume, apesar das tendências da sociedade moderna.

Tabela 7 – O Trabalho Social é gratificante

	Frequência	Percentagem
Concordo totalmente	58	56,3
Concordo	42	40,8
Discordo	3	2,9
Discordo totalmente	0	0,0
Total	103	100%

A maioria dos inquiridos, 56,3% (f=58), concorda totalmente com a ideia de que o trabalho social é gratificante. Ao todo, 97,1% estão de acordo com esta afirmação. Estes dados parecem-nos coerentes com a principal motivação dos alunos para escolherem a licenciatura, que foi precisamente o desejo de querem ajudar outros. Esta vocação voltada para o outro é sentida em si mesmo como gratificante, mesmo quando o trabalho social não é percebido como oferecendo outros atractivos, como veremos mais à frente.

Tabela 8 – O trabalho social vai ser cada vez mais necessário

	Frequência	Percentagem
Concordo totalmente	61	58,7
Concordo	41	39,4
Discordo	2	1,9
Discordo totalmente	0	0,0
Total	104	100%

A maioria dos alunos inquiridos também é de opinião que o trabalho social será cada vez mais necessário: 58,7% (f=61) concordam totalmente com esta afirmação, e ao todo 98,1% estão de acordo com esta ideia. Parece-nos que a clara maioria dos alunos acredita num futuro no qual o trabalho social tem lugar e legitimidade, embora também sintam que a sociedade actual menospreza a ajuda social.

A maioria dos inquiridos concorda com a ideia de que no mercado predomina a procura do lucro (52,9%, f=55, concordam e 19,2%, f=20, concordam totalmente), e que as actividades de apoio social são secundarizadas face a este imperativo.

Tabela 9 – O mercado está focalizado no lucro e as actividades de apoio social são secundarizadas

	Frequência	Percentagem
Concordo totalmente	20	19,2
Concordo	55	52,9
Discordo	27	26,0
Discordo totalmente	2	1,9
Total	104	100%

De igual modo, um total de 61,6% considera que o trabalho social é uma profissão pouco prestigiada (51,0%, f=53, concordam e 10,6%, f=11, concordam totalmente com esta afirmação). Mesmo sendo representada maioritariamente como pouco prestigiada, e como tal pouco prestigiante, os alunos defendem claramente a sua opção formativa como gratificante do ponto de vista do profissional, como vimos anteriormente. Temos ainda que mais de ¼ dos inquiridos, 38,5% discordam da afirmação, tendo, portanto, uma visão mais prestigiante da profissão.

Tabela 10 – O trabalho social é uma profissão pouco prestigiada

	Frequência	Percentagem
Concordo totalmente	11	10,6
Concordo	53	51,0
Discordo	35	33,7
Discordo totalmente	5	4,8
Total	104	100%

Os inquiridos também consideram maioritariamente que o trabalho social não proporciona grandes vantagens materiais aos seus profissionais, vantagens estas que pudessem sustentar uma opção meramente materialista da profissão.

Quanto à remuneração, apenas 7,1% (f=7) concordam que se ganha bem no trabalho social, contra 92,8% que discordam (76,55%, f=75, discordam, e 16,3%, f=16, discordam totalmente).

Tabela 11 – Ganha-se bem no trabalho social

	Frequência	Percentagem
Concordo totalmente	0	0,0
Concordo	7	7,1
Discordo	75	76,5
Discordo totalmente	16	16,3
Total	98	100%

Apenas 10,9% concordam que o trabalho social proporciona regalias ao trabalhador (7,9, f=8, concordam e 3,0%, f=3, concordam totalmente), contra 89,1% que discordam (75,2%, f=76, discordam e 13,9%, f=14, discordam totalmente).

Tabela 12 – O trabalho social proporciona vários benefícios ao trabalhador (senhas, telemóveis...)

	Frequência	Percentagem
Concordo totalmente	3	3,0
Concordo	8	7,9
Discordo	76	75,2
Discordo totalmente	14	13,9
Total	101	100%

Relativamente à autonomia profissional, a maioria dos inquiridos, 78,8%, discordam que o trabalho social permite ser um trabalhador autónomo (63,1%, f=65, discordam, e 8,7%, f=9, discordam totalmente). Contrariamente a esta representação maioritária, as expectativas pessoais de autonomia são positivas. A expectativa de autonomia profissional no exercício de uma profissão no Serviço social parece estar em consonância com a representação acerca das perspectivas de carreira. A maior parte dos sujeitos espera vir a possuir grande autonomia no desempenho da profissão (55,8%; f=58). 24% (f=25) dos sujeitos esperam vir a ter pouca autonomia no exercício profissional. Nesta questão, 14,4% (f=15) dos sujeitos da amostra refere que não sabe como será a autonomia profissional que terá.

Tabela 13 – O trabalho social permite ser um profissional autónomo

	Frequência	Percentagem
Concordo totalmente	4	3,9
Concordo	25	24,3
Discordo	65	63,1
Discordo totalmente	9	8,7
Total	103	100%

Tabela 14 – Expectativa de autonomia profissional

	Frequência	Percentagem
Muito grande	4	3,8
Grande	58	55,8
Pequena	25	24,0
Muito pequena	2	1,9
Não sabe	15	14,4
Total	104	100%

Os alunos favorecem sobretudo a ideia de que se o indivíduo for capaz, consegue integrar-se no mercado de trabalho, e não é necessariamente por ter melhores notas ou por ter cunhas. Parece-nos que podemos identificar uma perspectiva dominante que sugere um entendimento coerente com uma visão individualizada da integração profissional, cabendo ao sujeito demonstrar as

capacidades certas de envolvimento e empenho que lhe abrirão as portas do mundo laboral. É preciso ser-se “capaz”.

A maioria dos inquiridos, 71,5%, discorda da afirmação que só quem tem cunhas é que consegue arranjar trabalho na área social (63,7%, $f=65$ discordam da afirmação, e 7,8%, $f=8$, discordam totalmente). Cerca de um quarto da amostra, 25,5% ($f=26$) concordam com o peso das cunhas na inserção profissional, e apenas 2,9% ($f=3$) concordam totalmente.

Quanto à importância das notas de licenciatura na inserção profissional, a

Tabela 15 – Só quem tem cunhas é que consegue arranjar trabalho nesta área

	Frequência	Percentagem
Concordo totalmente	3	2,9
Concordo	26	25,5
Discordo	65	63,7
Discordo totalmente	8	7,8
Total	102	100%

maioria dos inquiridos, 74,8%, discordam que os alunos com boas notas conseguem sempre arranjar trabalho (63,1%, $f=65$, discordam com a afirmação, e 11,7%, $f=12$, discordam totalmente). Na posição contrária, voltamos a ter cerca de um quarto dos respondentes: 20,4% ($f=21$) concordam com a afirmação, e 4,9% ($f=5$) concordam totalmente.

Tabela 16 – Os alunos com boas notas conseguem sempre arranjar trabalho

	Frequência	Percentagem
Concordo totalmente	5	4,9
Concordo	21	20,4
Discordo	65	63,1
Discordo totalmente	12	11,7
Total	103	100%

Tabela 17 – Quem é capaz consegue ser bem sucedido profissionalmente

	Frequência	Percentagem
Concordo totalmente	24	23,1
Concordo	61	58,7
Discordo	18	17,3
Discordo totalmente	1	1,0
Total	104	100%

Uma clara maioria dos inquiridos, 81,8%, concordam que quem é capaz consegue ser bem sucedido profissionalmente: 58,7% ($f=61$) concordam e 23,1% ($f=24$) concordam totalmente com esta ideia. Menos de um quarto da amostra discorda: 17,3% ($f=18$) discordam e meramente um caso discorda totalmente.

Conclusão

Da análise dos nossos resultados, verificamos um desfasamento entre representações do mercado de trabalho e expectativas de integração pessoal por parte dos alunos. O mercado laboral de trabalho social é percebido como precário e de acesso difícil, embora com potencial para proporcionar uma elevada gratificação pessoal, gerando utilidade social. Contudo, o trabalho social é visto igualmente como proporcionando pouca autonomia, baixa remuneração, poucos benefícios, sendo pouco prestigiante para o profissional.

Face a este contexto de precariedade e risco, os sujeitos elaboram estratégias pessoais de integração securizantes. A partir da análise dos dados ganha consistência a hipótese de uma adaptação do “Eu” ao contexto dominante num sentido optimista. Esta estratégia fica patente nomeadamente na dissonância encontrada entre as representações e as expectativas em relação às perspectivas de progressão na carreira; de autonomia no desempenho profissional; assim como da confiança na capacidade de cada um para o sucesso profissional.

Enquanto a representação do mercado é negativa, as expectativas pessoais são mais optimistas e positivas. Nesta postura, a identidade do “Eu” pode individualizar-se do contexto do “Nós”, entendido como mais difícil e precário. O risco associado ao mercado de trabalho está ligado a um “Nós” difuso, sobre o qual cada um dos sujeitos tem menor capacidade de controlo. A confiança, associada à capacidade individual para lidar com este contexto, parece estar ligada à vocação como principal vector da escolha profissional. A representação predominante do trabalho social enquanto resposta assistencial ao Outro contribui para reforçar esta hipótese de interpretação.

Referências Bibliográficas

- BECK, Ulrich (1998), *Risk Society*, London: Sage Publications.
- BECK, Ulrich (2000), “A reinvenção da política – rumo a uma teoria da modernidade reflexiva”, in Beck, Ulrich; Giddens, Anthony; Lash, Scott (2000), *Modernização reflexiva*, pp. 1-51, Oeiras: Celta Editora.
- BECK, Ulrich; Giddens, Anthony; Lash, Scott (2000), *Modernização reflexiva*, Oeiras: Celta Editora.
- CULPITT, Ian (1999), *Social Policy and Risk*, London: SAGE Publications.
- ELIAS, Norbert (2004), *A sociedade dos indivíduos*, Lisboa: Dom Quixote.
- GIDDENS, Anthony (1997), *Modernidade e identidade pessoal*, 2ª ed., Oeiras: Celta Editora.
- GIDDENS, Anthony (1998), *As consequências da modernidade*, 4ª ed., Oeiras: Celta Editora.
- LASH, Scott (2000), “A reflexividade e os seus duplos – estrutura, estética, comunidade”, in Beck, Ulrich; Giddens, Anthony; Lash, Scott (2000), *Modernização reflexiva*, pp. 105-164, Oeiras: Celta Editora.
- O’MALLEY, Pat (2004), *Risk, uncertainty and government*, London: The Glass House Press.
- O’MALLEY, Pat (2008), “Governmentality and risk”, in Zinn, Jens (Ed.) (2008), *Social theories of risk and uncertainty – an introduction*, pp. 52-75, Oxford: Blackwell Publishing.

- PARTON, Nigel (Ed.) (1996), *Social Theory, Social Change and Social Work*, London: Routledge.
- PINTO, Carla (1998), "Empowerment: uma prática de serviço social", in Barata, Óscar Soares (coord.), *Política Social 1998*, pp. 245-277, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- SENNETT, Richard (2001), *A corrosão do carácter – as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Lisboa: Terramar.
- TOFFLER, Alvin (1980) *A Terceira Vaga*, Lisboa: Livros do Brasil.